



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2026**  
(Do Sr. MESSIAS DONATO)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre a natureza das atividades, protocolos de segurança e controle soberano das instalações aeroespaciais e de radioastronomia vinculadas à República Popular da China nos Estados da Bahia e da Paraíba, em virtude de alertas internacionais sobre potencial uso militar e de inteligência estrangeira em território nacional.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida a Mesa, solicita que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Defesa, pedido de esclarecimentos sobre a natureza das atividades, protocolos de segurança e controle soberano das instalações aeroespaciais e de radioastronomia vinculadas à República Popular da China nos Estados da Bahia e da Paraíba.

O presente requerimento tem por objetivo esclarecer a extensão da influência técnica e militar estrangeira em solo brasileiro, especificamente no que tange à coleta de dados e monitoramento aeroespacial por parte de potências externas.

Diante da gravidade das informações, solicita-se que o Ministério responda aos seguintes quesitos:

1. O Ministério da Defesa possui as chaves de criptografia e o controle integral do fluxo de dados que transita pela "Estação Terrestre de Tucano", operada pela Alya Nanossatélites em parceria com a Beijing Tianlian Space Technology? Existe algum canal de comunicação que opere sem a possibilidade de auditoria pelas autoridades brasileiras?





2. Existe uma lista nominal dos técnicos estrangeiros que operam na referida base? Quantos possuem vínculos com o Exército de Libertação Popular (ELP) ou com o Ministério da Segurança do Estado (MSS) da China, considerando que a Beijing Tianlian compõe a base industrial de defesa daquele país?
3. A infraestrutura na Bahia permite o rastreamento de satélites de baixa órbita (LEO) e a coleta de sinais eletrônicos (SIGINT)? Como o Brasil garante que essa capacidade não monitora ativos militares brasileiros ou de nações parceiras?
4. Quais são os mecanismos de intervenção física e lógica que as Forças Armadas detêm sobre a estação? Existe um protocolo de "bloqueio imediato" caso seja detectada atividade incompatível com os acordos civis?
5. Qual o nível de supervisão da Defesa sobre o "Laboratório Conjunto China-Brasil para Tecnologia de Radioastronomia", na Serra do Urubu (PB)? Há garantias de que a pesquisa em radioastronomia não está sendo desviada para aplicações de sistemas de observação do espaço profundo com fins militares?

## JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento decorre da necessidade de o Poder Legislativo acompanhar, com atenção e responsabilidade, fatos que possam atingir a soberania do Brasil e a integridade de interesses estratégicos nacionais.

Foi repercutida na imprensa nacional e internacional a divulgação de documento produzido por comissão do Congresso dos Estados Unidos voltada ao monitoramento da atuação externa da China, no qual se aponta a possível existência, em solo brasileiro, de estruturas vinculadas a atividades de interesse militar. Entre os pontos citados, aparece a chamada "Estação Terrestre de Tucano", em Salvador, associada a cooperação com empresa





chinesa ligada ao setor espacial, além de menção a um laboratório conjunto na Paraíba voltado à radioastronomia.

Ainda que nem todos os elementos mencionados tenham sido oficialmente confirmados, o teor dessas informações é grave o suficiente para justificar apuração institucional imediata. O que se busca, neste momento, não é alimentar especulações, mas obter dados claros sobre a finalidade dessas iniciativas, os termos das cooperações firmadas, o grau de participação estrangeira nas operações e a eventual manipulação de conteúdos sensíveis obtidos em território nacional. Quando há indícios de possível emprego dual de infraestrutura científica ou tecnológica, cabe ao Estado agir com prudência, transparência e firmeza.

O Congresso Nacional não pode permanecer indiferente diante de notícia com potencial reflexo sobre a Defesa Nacional, a proteção de informações estratégicas e a autonomia decisória do País.

É dever desta Casa compreender com exatidão o que ocorre nessas unidades, quais interesses estão envolvidos e se existe qualquer impacto para a segurança brasileira.

Por essa razão, mostra-se indispensável que o Ministério da Defesa preste esclarecimentos objetivos e completos, permitindo ao Parlamento exercer plenamente sua função de fiscalização e resguardar os interesses permanentes da Nação.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Deputado MESSIAS DONATO

